
--- No dia dezoito de novembro de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e dez minutos, reuniu, no Palácio dos Marquês da Praia e de Monforte, cidade de Loures, a Assembleia Municipal de Loures, presidida pela deputada municipal Susana de Fátima Carvalho Amador, com a presença dos seguintes deputados municipais:-----

PS - Partido Socialista-----

Susana de Fátima Carvalho Amador-----

Daniel Vitorino Bernardo Lima-----

João Pedro Silva Mendes dos Santos Ferreira-----

João Filipe de Jesus Pinto-----

Tânia Sofia Santos Portela-----

Ana Isabel Francisco Vitorino Rodrigues-----

Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão-----

Eunice Filipa Pires Alexandre Camilo Ramos Proença-----

Isabel Cristina Carapeta Gomes-----

Miguel Nuno Pedro Cardoso Matias-----

Carla Sofia do Carmo Pires-----

José Júlio Ferreira Falcão Ribeiro-----

João Pedro Serra Costa (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Bucelas)

Renato Joaquim Alves (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação)-----

Ricardo Jorge Monteiro Lima (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela)-----

Carlos Manuel Alves Gonçalves (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho)-----

Nuno Filipe Ferreira dos Santos Leitão (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela)-----

Jorge Daniel Sousa Moreira da Silva (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas)-----

CDU – Coligação Democrática Unitária-----

Francisco Joaquim Lourenço Pereira-----

João Paulo Melo Simões-----

Maria de Fátima Amaral-----

Bruno Alexandre Caçador Simão-----

Élio Alexandre Capricha Matias-----

Beatriz Goulart da Silva Pinheiro-----
Ana Maria da Conceição Duarte da Mata-----
José Manuel Nuncio Gabriel Pedroso-----
Tânia Cristina Mateus Costa -----
Maria do Rosário Penedo Feio Carmelo-----
Jorge Manuel Duarte Simões (Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões) -----
António Manuel Pombinho Costa Guilherme (Presidente da Junta de Freguesia de Loures)-----
João da Silva Florindo (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal) -----

PPD/Partido Social Democrata-----

Sara Raquel Bordalo Gonçalves -----
Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel-----
Armando Manuel Pedroso Militão -----
Daniela Romana Monteiro Afonso Matos -----
Bernardo Matias Barbosa -----
Lino Manuel Gomes Franco (Presidente da Junta de Freguesia de Lousa)-----

CH - Chega -----

Maria Manuela Simões Dias -----
Patrícia Isabel Morgado de Almeida -----
Luís Filipe Pereira Direitinho-----

BE - Bloco de Esquerda -----

João Paulo Afonso Martins-----

IL – Iniciativa Liberal -----

Pedro António da Silva Mendes de Almeida-----

PAN - Pessoas-Animais-Natureza-----

Soraya Branco Ossman-----

--- Concluída a chamada, com a presença de 43 deputados municipais e verificada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião.

PERÍODO PRÉVIO-----

- No início da sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, Susana de Fátima Carvalho Amador, deu conhecimento que a sessão estava a ser gravada e transmitida em direto pelo canal *Youtube* da Câmara Municipal de Loures. -----

- Foi dado conhecimento da correspondência recebida desde o dia quatro de novembro até dezassete de novembro de dois mil e vinte e um, cuja listagem foi facultada a todos os deputados municipais e disponibilizada na plataforma da respetiva Ordem do Dia da sessão, assim como da Proposta n.º 495/2021 da Câmara Municipal de Loures. -----

- Foi igualmente dado conhecimento que deram entrada na Mesa seis requerimentos, os quais nos termos regimentais aplicáveis (de acordo com o n.º 2 e n.º 3 do artigo 17.º) foram remetidos ao Executivo Municipal para competente resposta. -----

Foram apresentados três requerimentos pela deputada municipal Rita Sarrico, do Bloco de Esquerda, com os respetivos assuntos: -----

- Falta de assistentes operacionais na Escola Secundária da Portela; -----
- Falta de limpeza no Catujal; -----
- Falta de saneamento básico em Vila Nova, freguesia de Bucelas. -----

E ainda, outros três requerimentos, apresentados pelos deputados municipais do Partido Socialista, com os respetivos assuntos: -----

- Valor em dívida referente à habitação social; -----
- Obra de Regularização Fluvial e Controlo de Cheias da Ribeira do Prior Velho | Obra do Caneiro; -----
- Jornada Mundial da Juventude. -----

Suspensão de mandato:-----

- Foi colocado à apreciação o pedido de suspensão de mandato apresentado por Rita Lage Sarrico, eleita pelo BE – Bloco de Esquerda, por o período de um dia, data da presente reunião, por motivos de absoluta indisponibilidade, tendo sido deliberado por unanimidade.-----

Tomadas de posse:-----

- Ana Isabel Francisco Vitorino Rodrigues, eleita pelo PS, em substituição de João António Leal Cruz Franco. -----

- João Pedro Serra Costa, substituto legal do Presidente da Junta de Freguesia de Bucelas.-----

- João Paulo Afonso Martins, eleito pelo BE, em substituição de Rita Lage Sarrico. -----

- Seguidamente, a Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação a ata da primeira reunião de funcionamento (realizada em 22.10.2021), dando nota que quem não esteve na respetiva reunião, não participava na votação: -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM AS ABSTENÇÕES DOS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA REUNIÃO (41 PRESENCAS).

- Foi proposto pela Mesa da Assembleia Municipal a admissão de um novo ponto na Ordem do Dia, denominado Comissão Municipal de Defesa da Floresta - Designação de representantes das Freguesias do Concelho de Loures. Caso admitido o assunto, ficava como último ponto da ordem de trabalhos – Ponto seis. -----

A ADMISSÃO DA PROPOSTA FOI APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E UNANIMIDADE (39 PRESENCAS). -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

- A Presidente da Assembleia Municipal de Loures, informou que deram entrada na Mesa nove (9) documentos. Os documentos foram sujeitos a admissão, tendo os mesmos sido admitidos por unanimidade e posteriormente colocados a discussão e votação. -----

- João Paulo Afonso Martins (BE), apresentou uma **Moção intitulada “Para a criação de um grupo de trabalho para a implementação do Orçamento Participativo”**. (anexo 1)-

--- Sobre o documento intervieram os seguintes deputados municipais: -----

- Sara Raquel Bordalo Gonçalves (PPD/PSD), propôs uma alteração no terceiro ponto das deliberações, em que fosse acrescentado no final da frase “respeitando a proporcionalidade dos eleitos”. -----

- João Paulo Afonso Martins (BE), não aceitou a proposta apresentada pelo PPD/PSD. --

- Ricardo Jorge Monteiro Lima (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela) -----

- Pelo Executivo Municipal, interveio o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Jorge Colaço Leão, prestando alguns esclarecimentos sobre o assunto. -----

- Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do documento. -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 13 ABSTENÇÕES DA CDU E 30 VOTOS A FAVOR DOS RESTANTES REPRESENTANTES (18 PS, 6 PPD/PSD, 3 CH, BE, IL E PAN (43 PRESENCAS). -----

- Foram proferidas as seguintes declarações de voto:-----

- Maria do Rosário Penedo Feio Carmelo (CDU): *O orçamento participativo é um mecanismo possível de envolvimento e interpelação dos cidadãos no que respeita à gestão local, contudo, ao contrário do que procura evidenciar a proposta, a sua existência não define o grau de democraticidade na definição das prioridades orçamentais municipais, pelo seu alcance necessariamente reduzido e circunscrição orçamental naturalmente bastante limitada.*-----

Importa sim uma prática de gestão participada onde as prioridades de gestão orçamental têm em conta o envolvimento, o contributo e, sobretudo, a resposta à pluralidade de necessidades das populações e das instituições do concelho e, acima disso tudo, o cumprimento dos compromissos assumidos nos processos eleitorais.-----

No que respeita a criação de regulamento para concretização do orçamento participativo entendemos que deve ser respeitado a competência de proposta por parte da Câmara Municipal, sem prejuízo desta assembleia a ter de apreciar e sobre ela deliberar.-----

- Soraya Branco Ossman (PAN): *Tendo em conta que a implementação do Orçamento Participativo em prol de uma cidadania ativa é uma das bandeiras do PAN Loures e da qual temos falado bastante não podíamos deixar de acompanhar esta proposta com o nosso voto favorável. Temos todo o interesse em praticar políticas que aproximem os órgãos locais e a população como são os orçamentos participativos sempre dotados de verba própria compatível com a sua execução, dando a possibilidade de propor e decidir sobre projetos locais com impacto direto nas suas vidas e empoderando os cidadãos e cidadãs.*-----

- Bernardo Matias Barbosa (PPD/PSD): *Apesar de recusarem a nossa proposta que visa representar o desejo da população de Loures na Comissão, a ser criada, de acompanhamento do Orçamento Participativo, o PSD de Loures, ao longo da sua história tem sido um promotor do Orçamento Participativo, quer nas várias Assembleias de Freguesia bem como nesta Câmara, pelo que estaremos sempre de acordo com documentos que visem dar passos na sua implementação.*-----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), apresentou uma **Moção intitulada “Pela aplicação mais ampla e abrangente do suplemento de penosidade e insalubridade”**. (anexo 2)--

--- Sobre o documento intervieram os seguintes deputados municipais:-----

- Pedro António da Silva Mendes de Almeida (IL)-----

- Maria de Fátima Amaral (CDU)-----

- Pelo Executivo Municipal, interveio o Presidente da Câmara Municipal, para prestar alguns esclarecimentos sobre o assunto. -----

- Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do documento. -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 1 VOTO CONTRA DA IL, 6 ABSTENÇÕES DO PPD/PSD E 36 VOTOS A FAVOR DOS RESTANTES REPRESENTANTES (18 PS, 13 CDU, 3 CH, BE E PAN) (43 PRESENÇAS).** -----

- Sara Raquel Bordalo Gonçalves (PPD/PSD), apresentou uma **Recomendação intitulada “Estudo e implementação de zonas “kiss&go”** (anexo 3).-----

--- Sobre o documento intervieram os seguintes deputados municipais:-----

- Soraya Branco Ossman (PAN)-----

- Ricardo Jorge Monteiro Lima (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela)-----

- Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do documento. -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 3 ABSTENÇÕES DO CH E 40 VOTOS A FAVOR DOS RESTANTES REPRESENTANTES (18 PS, 13 CDU, 6 PPD/PSD, BE, IL E PAN) (43 PRESENÇAS).** -----

- Pela deputada municipal Beatriz Goulart da Silva Pinheiro (CDU), foi proferida a seguinte declaração de voto: *Dizer que os eleitos da CDU votaram favoravelmente este documento proposto pelo PPD/PSD, uma vez que concordamos com a necessidade de garantir que os alunos das escolas no concelho de Loures, efetuem as suas deslocações em segurança e garantindo também que aquando são deixados junto aos estabelecimentos de ensino por um automóvel, esse mesmo automóvel se encontra parado em segurança, tanto para si, para os alunos, como também para os restantes automobilistas que circulam na via.* -----

- Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD), informou que foram encetados contatos anteriormente com a bancada do PS e PPD/PSD e acordado que o documento a apresentar fosse subscrito pelas duas bancadas, passando assim a apresentar uma **Moção conjunta intitulada “Por um concelho mais seguro”** (anexo 4).-----

--- Sobre o documento intervieram os seguintes deputados municipais:-----

- Soraya Branco Ossman (PAN), sugeriu a alteração da redação do primeiro ponto do conteúdo deliberativo onde se refere aos sistemas de videovigilância, propondo que passasse a ficar com o seguinte teor: -----

1. Exortar a Câmara Municipal de Loures a tomar todas as medidas para implementar um projeto piloto e consequente estudo posterior, com o intuito de avaliar a possibilidade de implementar um sistema de videovigilância em diversas zonas do Concelho de Loures sendo esta medida aplicada de forma faseada e em estreita comunicação e colaboração com os municípios sendo a sua concordância condição inicial.

- Francisco Joaquim Lourenço Pereira (CDU), proferiu uma declaração e solicitou que após votação, a mesma constasse enquanto declaração de voto. -----

- Miguel Nuno Pedro Cardoso Matias (PS) -----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (CH)-----

- Armando Manuel Pedroso Militão (PPD/PSD)-----

- Élio Alexandre Capricha Matias (CDU)-----

- José Júlio Ferreira Falcão Ribeiro (PS)-----

- Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD), transmitiu que a alteração proposta pelo PAN não era aceite. -----

- Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do documento. -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 14 VOTOS CONTRA DA CDU E BE, 2 ABSTENÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E IL E 27 VOTOS A FAVOR DOS RESTANTES REPRESENTANTES (17 PS, 6 PPD/PSD, 3 CH E PAN) (43 PRESENÇAS).-----

- Foram proferidas as seguintes declarações de voto:-----

- Francisco Joaquim Lourenço Pereira (CDU): *O sentimento de insegurança resulta essencialmente da efabulação e da ampliação da perceção da insegurança. O Conselho Municipal de Segurança deveria de reunir para fazer o ponto de situação e avaliação. O que aconteceu na Escola José Cardoso Pires em St. António dos Cavaleiros, foram dois grupos rivais que estiveram num confronto, os elementos não são do Concelho. As medidas que estão preconizadas no documento não resolvem o problema da segurança. A videovigilância vai ser de pretexto para a não contratação de efetivos nas forças de segurança. O policiamento de prevenção e de proximidade é que resolve o problema da*

segurança. Outra questão que não concordamos tentar fazer da Policia Municipal uma força de segurança como a PSP e a GNR.-----

O que é necessário é o reforço do numero de efetivos e a melhoria das condições de trabalho e dos direitos dos profissionais das forças de segurança, como o subsidio de risco e na tabela remuneratória.-----

A CDU não desativou o Contrato Local de Segurança dotou de mais meios para poder funcionar. A CDU sempre defendeu, o reforço de efetivos e de mais meios. Não concordamos que o Ministério de Administração Interna passe as responsabilidades que são suas para o Município de Loures.-----

Qualquer incidente que surja, para nós é preocupante, mas não concordamos que incidentes pontuais os transformem em recorrentes.-----

- João Paulo Afonso Martins (BE): O Bloco de Esquerda vota contra esta moção com base em dados consolidados sobre a segurança no país. Senão, vejamos: inúmeros relatórios e trabalhos científicos - como o International Crime Victims Survey - apontam Portugal como tendo, entre 30 países, um dos mais baixos riscos de vitimação. -----

O relatório de 2019 da OCDE “Risks that matter” (Riscos que Contam) indicou uma alteração significativa nas preocupações dos inquiridos: a droga terá deixado de ser uma das principais preocupações e o crime passou a estar em quarto lugar, a seguir à saúde, preocupações económicas e desemprego. E o recente “Índice Global de Paz” divulgado pelo Instituto para a Economia e Paz, em junho de 2021, coloca Portugal entre os 4 países mais seguros do mundo, logo a seguir à Islândia, Nova Zelândia e Dinamarca, subindo 16 posições desde 2013. -----

Aplicando 23 indicadores quantitativos e qualitativos a 163 países do mundo, esta publicação elaborou uma lista dos Países Mais Pacíficos, indicando o nosso país à frente da Áustria (6º), Suíça (7º), Finlândia (13º)), Suécia (15º), Alemanha (17º), Espanha (31º) e Reino Unido (33º). -----

Sabemos também que existem inquéritos em que as pessoas, principalmente as mais idosas, dizem sentir-se mais inseguras nas ruas à noite. Não ignoramos nem menosprezamos alguma perceção - real ou imaginária - de insegurança no espaço público. -----

Sabemos ainda, na concretização do quadro legal (Lei nº 1/2005 de 5 Janeiro, atualizada pela Lei nº 9/2012, de 23/02), que os sistemas de videovigilância envolvem sempre restrições de direitos, liberdades e garantias - como o direito à imagem e à reserva da vida privada -, pelo que a existirem, tais restrições devem limitar-se ao estritamente necessário para salvaguardar outros direitos fundamentais, como a segurança de pessoas e bens em áreas definidas, segurança na circulação rodoviária ou deteção de incêndios florestais. -----

A videovigilância no espaço de domínio público de acesso livre e utilização comum não é a última resposta. Vai, inclusive, no sentido contrário ao policiamento de proximidade.

Além disso, os custos de instalação e manutenção de uma rede de videovigilância são um bom argumento financeiro para diminuir os meios humanos policiais, que é algo de que pouco se fala. -----

Para melhorar a sensação de segurança nas cidades é preciso dar um outro papel ao desenho urbano, que deve favorecer a convivialidade interpessoal e eliminar zonas agrestes ao inter relacionamento entre os moradores de um local.-----

Esta moção do PSD não faz nenhuma referência aos dados do RASI, que indicam a diminuição significativa da criminalidade registada em 2020. -----

Tomar uma decisão consciente, refletida, sobre a instalação de sistemas de videovigilância num concelho como o de Loures implica trazer ao debate o caso exemplar de uma cidade francesa com 340.000 habitantes que ficou refém da visão securitária dos seus autarcas e dos equipamentos cada vez mais sofisticados vendidos pelos negociantes de vigilância eletrónica.-----

De 220 câmaras, em 2007, a cidade de Nice passou a ter 750 em 2012, quase 1.000 em 2014 e 3.300 câmaras em 2020, uma câmara de videovigilância por cada 105 habitantes. E, em 2019, foi anunciada a entrada em funcionamento experimental de um dispositivo de reconhecimento facial e de análise comportamental, semelhante ao existente em muitos locais da China.-----

Quem defende a implementação de sistemas de videovigilância para “prevenir a criminalidade” não pode ignorar a trágica ocorrência de 14 de julho de 2016, em que um brutal atentado terrorista destruiu 86 vidas, justamente na cidade que se considerava pioneira da videovigilância. Aos decisores municipais do município de Loures deve exigir-se que façam escolhas com suficiente informação e adequado fundamento. Não nos parece que a moção em apreciação sobre a instalação de um sistema de videovigilância cumpra as exigências da cidadania. -----

- Soraya Branco Ossman (PAN): É imperativo refletirmos sobre a videovigilância e termos cautela na sua implementação. Não podemos deixar de frisar a importância de garantir o direito à privacidade das pessoas e as questões que este método levanta relativa à proteção de dados.-----

- Pedro António da Silva Mendes de Almeida (IL): Nós abstivemo-nos nesta Moção, apesar de concordarmos que é realmente necessário um reforço de meios das nossas forças de segurança, quer a nível de equipamento, das viaturas, recursos humanos e mesmo através do reforço da remuneração das nossas forças de segurança, mas a questão da fundamentação para a videovigilância levanta-nos muitas questões. Fala-se aqui sobretudo de um sentimento, não se fala de dados concretos, não se fala onde é que existem esses focos de insegurança, não se fala onde é que pretendem implementar esse sistema de videovigilância, se é nos espaços públicos, se é nos espaços privados, se é em escolas, se é em zonas empresariais, portanto não está definido o âmbito. Nós

compreendemos que são direitos fundamentais que entram em choque, entre o direito à privacidade e o direito à segurança. Portanto, para se diminuir um dos direitos, essa proposta tem que estar muito bem fundamentada e não é o caso. Só referir que também existem casos de sucesso em Portugal, o caso mais próximo será o caso da Amadora que também podiam ter especificado e realmente nos últimos anos houve uma diminuição da criminalidade, mas foi em linha com outros vários concelhos, não existe realmente uma correlação direta entre a implementação da videovigilância e a diminuição da criminalidade.-----

- Soraya Branco Ossman (PAN), apresentou uma **Recomendação intitulada “Construção de parques de realojamento de matilhas”** (anexo 5).-----

- Sobre o documento, interveio pelo Executivo Municipal, o Vereador Nelson César Gonçalves Batista, para prestar alguns esclarecimentos.-----

- Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do documento.-----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 17 ABSTENÇÕES DA CDU, CH E IL E 25 VOTOS A FAVOR DOS RESTANTES REPRESENTANTES (PS, PPD/PSD, BE E PAN) (42 PRESENÇAS).**-----

- Pelos deputados municipais, Beatriz Goulart da Silva Pinheiro (CDU) e Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD), foram proferidas as seguintes declarações de voto:-----

- Beatriz Goulart da Silva Pinheiro (CDU), informou que fariam chegar à Mesa uma declaração de voto por escrito, a qual se encontra apensa à ata. (anexo 10)-----

- Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD): *Nós somos a favor, apesar de, segundo sabermos, já estão a ser feitos diversos esforços no sentido de resolver a questão das matilhas, existindo já até mesmo algumas identificadas. Só temos algumas dúvidas da viabilidade da construção dos parques e matilhas, porque obviamente obrigará a construção em terrenos amplo, arborizados, isolados, etc. Portanto, achamos que será difícil de concretizar a construção destes parques.*-----

- Pedro António da Silva Mendes de Almeida (IL), apresentou uma **Moção intitulada “Pela defesa da saúde dos Lourenses”** (anexo 6)-----

--- Sobre o documento intervieram os seguintes deputados municipais:-----

- Maria de Fátima Amaral (CDU)-----
- Pedro António da Silva Mendes de Almeida (IL)-----

- Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação.-----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 14 VOTOS CONTRA DA CDU E BE E 28 VOTOS A FAVOR DOS RESTANTES REPRESENTANTES (PS, PPD/PSD, CH, IL E PAN) (42 PRESENCAS). -----

- Foram proferidas as seguintes declarações de voto:-----

- Sara Raquel Bordalo Gonçalves (PPD/PSD): *Os hospitais em PPP promoveram uma poupança ao Estado na ordem dos duzentos milhões de euros. Os índices de avaliação de desempenho destes hospitais são superiores às unidades de gestão pública. Os utentes dos hospitais geridos em PPP estão protegidos por padrões de qualidade mais exigentes do que os aplicados na monitorização dos hospitais de gestão pública. Consideramos que esta situação será prejudicial para os utentes e para o acesso à saúde por parte dos habitantes do nosso concelho. Para nós, tudo isso não passa de um tabu ideológico, não existindo razões lógicas e coerentes que sustentem a não renovação das mesmas. Daí, o nosso voto favorável.* -----

- Patrícia Isabel Morgado de Almeida (CH): *A nossa declaração de voto vai também naquilo que consta e obviamente como votámos a favor e acompanhamos esta proposta, até porque iremos apresentar uma recomendação, mas gostaria que ficasse também registado que consta do preâmbulo do decreto-lei n.º 100A de 2021, ou seja, o relatório apresentado pela equipa de projeto, que diz o seguinte “conclui-se que a mais valia para o Estado do modelo PPP do hospital de Loures, recomendando a adoção deste modelo de gestão”. Ou seja, o próprio relatório que é apresentado recomenda este modelo de gestão, em detrimento de passagem de hospital Beatriz Ângelo para hospital de Loures.* -----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), informou que a declaração de voto a apresentar numa próxima moção e que versa sobre o mesmo tema, é extensível igualmente a este documento.-----

- A Presidente da Assembleia Municipal, propôs que o “Período de Antes da Ordem do Dia” fosse interrompido e se desse início ao “Período de Intervenção do Público”. Esta proposta foi unanimemente aceite. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (22h30)

--- Neste período, foi informado que existiam dois munícipes inscritos, tendo cada um seis minutos para intervir. Realizaram-se as seguintes intervenções:-----

- João Vladimiro Soares Resa, sobre o Regimento da Assembleia Municipal, Gestão Municipal, Orçamento Participativo, bibliotecas, gatil e situações de competência da Câmara Municipal.-----

- João Evirgílio Soeiro da Costa, sobre o trânsito na cidade de Sacavém.-----

- Terminadas as intervenções do público, a Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos aos munícipes. Interveio para o efeito, o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Jorge Colaço Leão. -

- Seguidamente, a Presidente da Assembleia Municipal deu informações ao munícipe João Resa, no âmbito da sua intervenção sobre a Assembleia Municipal.-----

- A Presidente da Assembleia Municipal de Loures, retomou o “Período de Antes da Ordem do Dia”, para a apresentação e discussão dos restantes documentos em falta: --

- Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão (PS), apresentou uma **Saudação, intitulada “Dia Europeu contra as desigualdades salariais”** (anexo 7)-----

--- Sobre o documento intervieram os seguintes deputados municipais:-----

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU) – Nós temos uma dúvida, porque esta saudação não tem nenhuma proposta deliberativa, portanto nessa perspetiva, pensamos que ela não carece de ser votada na Assembleia, tem apenas elementos de saudação, não tem nenhuma proposta deliberativa. Aliás, a senhora representante acrescentou agora elementos de envio da saudação para entidades, que não estão na versão enviada previamente. Portanto, consideramos que é uma saudação sem votação.-----

- A Presidente da Assembleia Municipal de Loures, questionou a bancada do PS se pretendia fazer o acrescento, para no fundo, revestir a forma de saudação.-----

- Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão (PS), solicitou um intervalo para análise do pedido de alteração da Saudação.-----

- A sessão foi suspensa para realização de um intervalo de cinco minutos.-----

Retomados os trabalhos, a Presidente da Assembleia Municipal, questionou a bancada do PS se pretendiam fazer algum aditamento ao documento. -----

- Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão (PS), informou que o PS mantinha a Saudação tal como estava, acrescentando o seguinte no final: -----

«Por isso a Assembleia Municipal de Loures, reunida a 18 de novembro de 2021, delibera:

1 - Saudar as mulheres trabalhadoras;-----

2 - Exortar o Governo a cumprir a Lei da Igualdade Salarial e a combater o fosso Salarial existente entre homens e mulheres.»-----

- Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do documento, com o aditamento incluído.-----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 13 ABSTENÇÕES DA CDU E 27 VOTOS A FAVOR DOS RESTANTES REPRESENTANTES (PS, PPD/PSD, CH, BE, IL E PAN) (40 PRESENÇAS).-----

- A deputada municipal, Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), proferiu uma declaração de voto, a qual foi entregue posteriormente por escrito, em complemento. A declaração de voto encontra-se apensa à ata (anexo 11).-----

- Patrícia Isabel Morgado de Almeida (CH), apresentou uma **Recomendação, intitulada “Hospital Beatriz Ângelo”** (anexo 8)-----

- Pelo Executivo Municipal, interveio o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Jorge Colaço Leão, prestando alguns esclarecimentos sobre o assunto. -----

--- Sobre o documento intervieram os seguintes deputados municipais: -----

- Miguel Nuno Pedro Cardoso Matias (PS) -----

- Patrícia Isabel Morgado de Almeida (CH)-----

- Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do documento. -----

- REJEITADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 10 VOTOS A FAVOR (PPD/PSD, CH E IL), 32 VOTOS CONTRA (PS, CDU E BE) E 1 ABSTENÇÃO DO PAN (43 PRESENÇAS).-----

- Pelos deputados municipais, Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), Soraya Branco Ossman (PAN) e Armando Manuel Pedroso Militão(PPD/PSD), foram proferidas as seguintes declarações de voto: -----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU): *A CDU votou contra a proposta do Chega e também a moção da Iniciativa Liberal acerca da natureza público-privada da gestão do hospital Beatriz Ângelo, porque não temos hoje nem nunca tivemos no passado, dúvidas sobre a real natureza dessa gestão, que deve ser pública, devia sempre ter sido pública desde o seu investimento, passando pela sua gestão. É verdade que percebemos que a circunstância que temos agora, por parte do Governo da criação do EPE, não é como justamente deveria ter sido uma questão de convicção sobre a real natureza de defesa do Serviço Nacional de Saúde e do seu carácter público e universal, mas quase uma contingência, por se ver impossibilitado de ceder às exigências do prestador privado de saúde e lamentamos que não seja por reorientação da política de defesa do carácter público do Serviço Nacional de Saúde, que esta medida foi tomada, o que não nos dá garantias que no futuro se continue a fazer essa defesa da gestão pública. Dizer ainda que, sim de fato, partilhamos preocupações sobre o futuro e a administração pública do hospital de Loures enfrentará muitos desafios. Mas não são desafios muito diferentes daqueles que enfrentam muitos hospitais público por este país, do Serviço Nacional de Saúde e que resultam da incapacidade que tem havido nos últimos anos e num passado mais recente, de serem tomadas as medidas necessárias para o reforço e a valorização do Serviço Nacional de Saúde, para a fixação dos profissionais, para a sua valorização profissional e isso sim, tem sido um caminho de depauperamento do Serviço Nacional de Saúde, cujo serviço fundamental prestado às populações se mantém em níveis bastante aceitáveis porque os profissionais fazem aquilo que, em muitos outros setores, ninguém faria. Aliás, esta discussão deixa evidente que, apesar do privado se preocupar muito com a saúde dos lourenses, deixa cair a gestão do hospital, porque não viu assegurada a sua existência financeira. E é esta diferença, o serviço público e a gestão pública, deve ter como único foco principal e único, o serviço às populações e a gestão privada não nos garante esse caminho.* -----

- Soraya Branco Ossman (PAN): *O PAN absteve-se relativamente a esta recomendação do Chega uma vez que consideramos que o que é essencial é que os lourenses usufruam de um hospital que os sirva, independentemente de qualquer preconceito ideológico associado ao modelo de gestão deste hospital.* -----

- Armando Manuel Pedroso Militão (PPD/PSD): *A senhora Presidente e os senhores deputados municipais sabem que foi em Governos do Partido Social Democrata que estas PPP's foram criadas, num contexto particularmente importante da vida económica e social atravessava. E este modelo veio dar-nos razão. Os relatórios do Tribunal de*

Contas, órgão independente, sobre estas parcerias e nomeadamente em relação à de Loures, dão-nos razão à opção que no tempo foi construída e foi organizada. O Estado Português naquele tempo, não tinha dinheiro para fazer um investimento e eu sou do tempo em que nesta casa se lutava semana após semana, por ter um hospital em Loures e os senhores também se lembram disso. Agora, nós não temos, tal como já aqui foi afirmado pelo Partido Socialista e também pelo PAN, não temos dogmas sobre estes modelos de gestão. O que queremos é eficiência na gestão dos dinheiros públicos e bom serviço à população. E isto não está garantido com o modelo que os senhores defendem sempre e permanente, só porque sim. -----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (CH), apresentou uma **Recomendação, intitulada “Para o reforço de meios materiais e humanos das Forças Policiais do Município de Loures, com vista o reforço da Segurança”**. (anexo 9) -----

- Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do assunto. -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 10 VOTOS A FAVOR DO (PPD/PSD, CH E PAN) E 33 ABSTENÇÕES DOS RESTANTES REPRESENTANTES (PS, CDU, BE E IL) (43 PRESENCAS).** -----

- Pelos deputados municipais, João Paulo Afonso Martins (BE) e Francisco Joaquim Lourenço Pereira (CDU), foram proferidas as seguintes declarações de voto:-----

- João Paulo Afonso Martins (BE), proferiu uma declaração de voto, a qual foi entregue posteriormente por escrito, a qual se encontra apensa à ata (anexo 12).-----

- Francisco Joaquim Lourenço Pereira (CDU): *A declaração de voto que fizemos a propósito do documento do PSD serve também para este documento, só acrescentando o seguinte: não é por muito procurarem e de semear a perceção de insegurança que ela acontece. E é preciso ter algum cuidado com o que se pretende com isto. Há forças que vivem essencialmente de semear o pânico, de semear a perceção de insegurança, é aí que se alimentam, e nós, por um lado porque não é verdade e por outro lado porque percebemos o que é que está por trás, aonde é que querem conduzir a situação.*-----

- Patrícia Isabel Morgado de Almeida (CH), usou da palavra para defesa da honra devido a expressões utilizadas pelo deputado municipal do BE. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal de Loures, deu continuidade ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, dando a palavra aos seguintes deputados municipais:-----

- João Paulo Afonso Martins (BE)-----
- Francisco Joaquim Lourenço Pereira (CDU)-----
- José Júlio Ferreira Falcão Ribeiro (PS)-----
- Carlos Manuel Alves Gonçalves (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho)-----
- Soraya Branco Ossman (PAN)-----

- Pelo Executivo Municipal, intervieram, para prestar alguns esclarecimentos:-----
- O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Jorge Colaço Leão-----
- Vereador Nuno Ricardo Conceição Dias-----
- Vereador Nelson César Gonçalves Batista-----

--- A Presidente da Assembleia Municipal, interrompeu os trabalhos e colocou à consideração do plenário o prolongamento da reunião para além da meia noite, tendo sido aceite unanimemente.-----

- Terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao “Período da Ordem do Dia”.-----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PONTO UM -----

Proposta n.º 494/2021 - Contrato interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal - Investimento, na união das freguesias de Moscavide e Portela, com vista à requalificação dos espaços verdes da Rua Goa, em Moscavide. (Autorização nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). Proposta da Câmara Municipal.-----

- Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do assunto.-----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE (43 PRESENCAS) -----

----- PONTO DOIS -----

Proposta n.º 496/2021 – Contrato interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal - Investimento, na união das freguesias de Moscavide e Portela, com vista à requalificação paisagística da rotunda localizada na Rua Mouzinho de Albuquerque/Rua Vasco da Gama, na Portela. (Autorização nos termos da alínea k) do

n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). Proposta da Câmara Municipal.-----

- Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do assunto.-----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 1 ABSTENÇÃO DO PAN E 42 VOTOS A FAVOR DOS RESTANTES REPRESENTANTES (PS, CDU, PPD/PSD, CH, BE E IL) (43 PRESENCAS)**-----

----- PONTO TRÊS -----

Proposta n.º 497/2021 - Contrato interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal - investimento, na união das freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, com vista à pavimentação da Rua Infanteria 7 e Rua Carvalho Araújo, no Bairro Martins do Vale, em Unhos. (Autorização nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). Proposta da Câmara Municipal.-----

- Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do assunto.-----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE (43 PRESENCAS)**-----

----- PONTO QUATRO -----

Proposta n.º 498/2021 - Contrato interadministrativo de cooperação com todas as freguesias relativo à montagem, manutenção e desmontagem da iluminação de Natal 2021. (Autorização nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). Proposta da Câmara Municipal.-----

--- A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para apresentação do assunto.-----

--- Sobre o documento intervieram os seguintes deputados municipais:-----

- Ricardo Jorge Monteiro Lima (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela)-----

- Francisco Joaquim Lourenço Pereira (CDU)-----

- João da Silva Florindo (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal) -----

- Renato Joaquim Alves (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação)-----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU) -----

- Pelo Executivo Municipal, intervieram, prestando alguns esclarecimentos adicionais:--

- O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Jorge Colaço Leão-----

- Vereador Nuno Ricardo Conceição Dias-----

- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do assunto. -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE (43 PRESENCAS) -----

----- PONTO CINCO -----

Proposta n.º 499/2021 - Redução de 20% das taxas do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar aos edifícios ou frações autónomas arrendadas e inseridas em Área de Reabilitação Urbana, no concelho de Loures, para vigorar no ano de 2021, com efeitos na liquidação a fazer em 2022. (Deliberação ao abrigo do n.º 7 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis). Proposta da Câmara Municipal. -----

- Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do assunto. -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE (43 PRESENCAS) -----

----- PONTO SEIS -----

Comissão Municipal de Defesa da Floresta – Designação de representantes das freguesias do concelho de Loures. -----

- ELEITOS POR ESCRUTÍNIO SECRETO, OS PRESIDENTES DA JUNTA DE FREGUESIA JORGE DANIEL SOUSA MOREIRA DA SILVA (SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS E FRIELAS), RENATO JOAQUIM ALVES (CAMARATE, UNHOS E APELAÇÃO), HÉLIO ANTÓNIO MAGALHÃES GONÇALVES DOS SANTOS (BUCELAS), JORGE MANUEL DUARTE SIMÕES (FANHÕES) E LINO MANUEL GOMES FRANCO (LOUSA), COM 34 VOTOS A FAVOR, 5 ABSTENÇÕES, 3 VOTOS CONTRA E 1 VOTO NULO. -----

--- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a reunião. -----

- O Primeiro Secretário leu a minuta da ata, a qual foi aprovada por votação nominal e por unanimidade (43 presenças), ficando a mesma arquivada na pasta dos documentos da presente reunião. -----

--- Nesta reunião estiveram presentes por parte do Executivo Municipal, o Presidente da Câmara, Ricardo Jorge Colaço Leão, a Vice-Presidente da Câmara Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, e os Vereadores, Nuno Ricardo da Conceição Dias, Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães Bernardo, Gonçalo Filipe Vintém Carço, Maria João Marques Libório, Paulo Jorge Piteira Leão, Nelson César Gonçalves Batista e Bruno Miguel de Oliveira Nunes. -----

--- Eram zero horas e trinta minutos do dia 19 de novembro de 2021, quando a Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a reunião. -----

--- A ATA FOI APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 32 VOTOS A FAVOR E 9 ABSTENÇÕES DOS ELEITOS QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO A QUE RESPEITA A PRESENTE ATA. APROVADA NA REUNIÃO DE DOIS MIL E VINTE DOIS, JANEIRO, DOZE, COM DISPENSA DE LEITURA, DADO TER SIDO PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA POR TODOS OS DEPUTADOS MUNICIPAIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ---
A ATA É ASSINADA PELO 1.º SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO PAULO MELO SIMÕES, -----

E PELA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SUSANA DE FÁTIMA CARVALHO AMADOR, -----
